

ANTOLOGIA

O CRIME HUMANITARIO NAS PRISÕES NO BRASIL

Matéria publicadas na Imprensa nacional e internacional

Denúncias na Organização das Nações Unidas

e outras Agências Internacionais



“ O Poder Publico no Brasil, instituiu a revelia a pena de morte no Brasil para os infratores da Lei, seja qual for o grau de sua infração: os presos são jogados em verdadeiras masmorra da Idade Média, sujeito a todos os tipos de violência, e diariamente, em vez de protegidos pelo Estado, são chacinados nos presídios”



INTRODUÇÃO

Não poderia de forma alguma. Olvidar-me, ante ao Crime Humanitário cometido pelo Governo Brasileiro, que resolveu instituir a pena de morte, para aqueles que são infratores da Lei.

Não importa se o infrator, cometeu crimes de homicídio, pedofilia, chacinas, se furtou um pote de margarina, ou um pedaço de pão, vão todos para o mesmo lugar: os Presídios dominado pelo Crime Organizado, e são milhares de presos, que estão lá, há mais de 10 anos, não foram julgados, seus processos nem sequer foram analisados. São presos sem pena a cumprir, porque não foi julgado pelo ato que cometeu.

Aos poucos, estes presos vão se tornando verdadeiras feras humanas, e na primeira oportunidade que saem as ruas das cidades, cometem atrocidades, que uma pessoa normal custa a acreditar.

Apenas ser indiciado no Brasil, a vida do infrator acabou. As empresas fecham-lhes as portas, seja na indústria, comércio ou serviços, haja vista que hoje, para conseguir um emprego, solicitam Atestado de Antecedentes Criminais. Os departamentos de Recursos Humanos, consultam a vida pregressa do candidato, de sua ficha criminal, mesmo que haja cumprido a pena imposta, financeira nos órgãos de Proteção ao Crédito, e impedem, que o ex reeducando, consiga trabalhar.

São visto como criminosos, mesmo nada devendo para com a Justiça. É o mesmo que estar nos tempos da abolição da escravatura no Brasil, onde os senhores de Escravos, com a lei Áurea, expulsou de suas terras os escravizados, que ficaram vagando nas ruas das cidades, abandonados a própria sorte, onde muitos morreram, ou de inanição, ou vilmente assassinados.

O Brasil vive hoje, uma guerrilha urbana sem precedentes, com marginais mais bem armados que a Força Pública de Segurança, que estão com grande contingente de policiais corruptos, que participam do tráfico de drogas, das milícias criminosas, e aliados do crime organizado.



ANTOLOGIA JORNALISTICA
**CRIME HUMANITÁRIO NAS PRISÕES DO BRASIL PELA
IMPRENSA E MÍDIA**

Compilação do Jornalista e Capelão Dr. José Carlos Pereira

O Brasil perdeu o controle sobre a Segurança Pública e sobre o sistema carcerário, e isto está longe de ser resolvido, pois com um sistema Judiciário sucateado, com a mesma estrutura organizacional da Lei Penal de 2016, sem juizes e funcionários administrativos, tem um acúmulo de milhões de processos, alguns desde a década de 50.

O Congresso Nacional Brasileiro, Câmara Alta e baixa, não tem interesse na reforma Judiciária, haja vista, se ela houver a ocorrer, os políticos serão os primeiros a irem para os presídios, pois com o avanço do Poder Judiciário, será muito mais fácil serem presos pela corrupção política que praticam, desde o fim do Império Brasileiro.

Este livro contém, as reportagens veiculadas pela imprensa nacional e internacional, que versam sobre o caos vigente no sistema prisional brasileiro, que já passou da prática de crime humanitário, e isto tem que ser denunciado, e a ONU – Organização das Nações Unidas, precisa intervir, para por um fim a este “status quo” estabelecido de falência nas prisões do Brasil, pois chegar a hora, em muito pouco tempo, pode ocorrer uma catástrofe, com rebeliões de porte em todos os presídios no Brasil.

A forças de segurança, não terão capacidade de conter a rebelião, se os presos flagelados, saírem dos muros dos presídios para as ruas. A contenção vai ser feita por meio das chacinas – vide os 111 mortos encarcerados no Presídio do Carandiru, por conta e ordem do atual governados do Estado de São Paulo.

Nada Mudou. Ao contrário, a situação está pior ainda, principalmente na Cidade do Rio de Janeiro, que só tem policiamento, em épocas de eventos internacionais. Enquanto durar o evento, jogam o lixo para baixo do tapete, e terminando o evento, levantam o tapete e espalham o lixo que estava escondido.

As imagens das reportagens são fortes. Publico aqui, matérias antigas, matérias atuais, veiculadas pela imprensa, e que estão na Rede Mundial de Computadores, em domínio de Internet, mas que ninguém dá atenção, a verdadeira tragédia que está para acontecer.

A população de presidiários hoje no Brasil, passa de 500 mil presos, em celas que comportam 10 presos, tem cinquenta, Estão criando



ANTOLOGIA JORNALISTICA
**CRIME HUMANITÁRIO NAS PRISÕES DO BRASIL PELA
IMPrensa E MIDIA**
Compilação do Jornalista e Capelão Dr. José Carlos Pereira

feras humanas, que ao saírem do presídio, vão barbarizar no seio da sociedade civil.

Jornalista José Carlos Pereira

Capelão

Aivista e Educador Social.

Fundador, CEO e Presidente do Instituto Educando para a Paz e do Jornal Franco da Rocha News.



ESPECIAL | 111: Carandiru e os massacres sem fim

No dia 2 de outubro de 1992, ao menos 111 pessoas eram mortas pela Polícia Militar no antigo presídio do Carandiru, na zona norte de São Paulo. Em 2014, 22 anos após o episódio, que ficou conhecido como Massacre do Carandiru, a **Vaidapé** produziu este especial, entendendo a necessidade de manter viva a memória, para que os assassinados cometidos pela política genocida do Estado não caiam no esquecimento.

Em 2016, o aniversário do massacre surge em um novo contexto. Cinco dias antes do dia 2 de outubro deste ano, os 73 policiais condenados pelo envolvimento no massacre [tinham seu julgamento anulado pela justiça de São Paulo](#). O relator do processo, Ivan Sartori, disse na decisão que “não houve massacre, foi legítima defesa”. A data também coincidiu com o primeiro turno das eleições municipais. Na capital paulista, o perfil dos candidatos que disputam a Prefeitura não foge à regra: homens, brancos, ricos. Uma mulher, nenhum negro.

A polícia, o judiciário, os gestores públicos e o racismo estrutural que funda as raízes do Brasil. Uma união de poderes que vem massacrando populações há séculos. Um massacre que nunca cessou...



Duas décadas depois, o massacre só piora

Por Guilherme Almeida

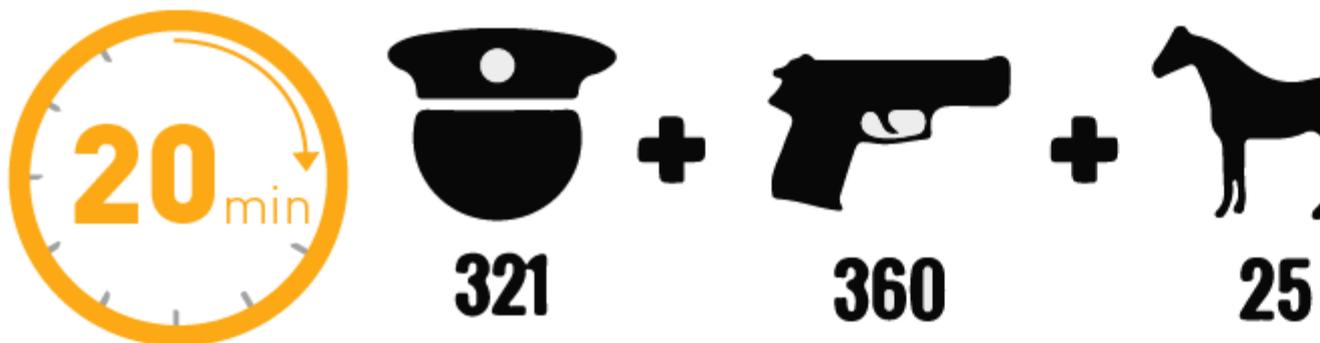
A história do Brasil é escrita com sangue. Daqueles que habitavam essas terras antes da colonização, daqueles que vieram em navios negreiros, daqueles que ousaram se opor aos diferentes governos – ditatoriais ou não. Aquele 2 de outubro, há mais de duas décadas, foi mais um capítulo vergonhoso desta história.

Os números assustam. Oficialmente, 321 policiais militares que usaram mais de 360 armas, 25 cavalos e 13 cachorros para progredir pelo Pavilhão 9, ocasionaram a morte de ao menos 111 detentos. Tudo em cerca de vinte minutos: o suficiente para repetir o histórico de massacres à brasileira.

*Oficialmente, 321 policiais
militares que usaram mais de 360
armas, 25 cavalos e 13
cachorros para progredir pelo*

*Pavilhão 9, ocasionando a morte de **ao menos 111 detentos**. Tudo em **cerca de vinte minutos**.*

O massacre no Carandiru é similar, por exemplo, ao que aconteceu em Eldorado dos Carajás, em 1996, quando 19 trabalhadores sem terra foram mortos pela PM paraense. É retrato também da ação da Polícia Militar do estado de São Paulo, que há oito anos matou mais de 400 jovens negros, chacina que ficou conhecida como crimes de maio de 2006. Nos três casos, o Estado promoveu a matança através de seu braço armado: a polícia.



Mesmo que eventualmente alguns indivíduos sejam responsabilizados pelas mortes, como no caso dos coronéis Pantoja e José Maria de Oliveira, que cumprem pena em decorrência da chacina em Eldorado dos Carajás, os governadores passam impunes dentro das estruturas do Estado.

Já ouviu falar que bandido bom é bandido morto? Essa frase geralmente é pronunciada para relativizar e até justificar assassinatos quando a polícia é a culpada. O setor ideológico que acha que aumentar o número de mortos e encarcerados é positivo para o Estado tem muita força no Brasil e principalmente em São Paulo. Basta ver como Geraldo Alckmin (PSDB),



atual governador do estado, argumentou nos últimos debates eleitorais que o alcance de índices históricos de aprisionamento é um trunfo de sua gestão.

Outra semelhança entre os três massacres citados – Carandiru, Eldorado dos Carajás e Maio de 2006 – é que as vítimas foram pessoas em situação de vulnerabilidade. O alvo é sistematicamente um grupo marginalizado que fica quase invisível ao olhar da sociedade, por exemplo: os trabalhadores rurais sem terra, os povos da floresta, a população pobre das periferias e, no caso do Carandiru, a população carcerária.

A lógica punitiva do sistema resulta numa busca por ordem através da exclusão seletiva de uma parte da população. O preconceito com estas pessoas é tão grande que não é raro ouvir que os presos merecem as péssimas condições do sistema carcerário. Assim, caminham lado a lado um sistema penal positivista e uma opinião pública que falha em enxergar o criminoso como ser humano.



UM OLHAR ATRAVÉS DAS GRADES

A realidade do sistema prisional é assustadora, como aponta Lúcia Nader, diretora executiva da ONG Conectas Direitos Humanos. “Em vinte anos o número de presos no Brasil aumentou em 308%, enquanto a população total aumentou só 30%”, diz. A depender dos critérios usados, pode-se dizer que o Brasil tem uma população carcerária superior a 700 mil pessoas.

Segundo ela, esses dados mostram que o Brasil optou por um modelo de segurança que encarcera em massa e, conseqüentemente, não consegue administrar esse contingente.

“Não se pode nem falar em sistema porque a situação é caótica”, coloca o assessor jurídico da Pastoral Carcerária, José de Jesus Filho. Ele diz que o Brasil nunca planejou a política penitenciária de forma articulada, nem mesmo as revisões no código penal projetam os impactos das leis no número de presos.

A situação fica insustentável. “As políticas são pautadas sempre por soluções emergenciais em torno de crises. As respostas são sempre as mesmas: transferência de presos e construção de presídios”.

A estimativa é a de que cerca de 40% dos presos nunca foram sequer julgados

Um dos maiores problemas do sistema é a superlotação dos presídios. De acordo com o mapeamento da Conectas, faltam cerca de 207 mil vagas.

“As prisões acabam virando grandes depósitos de pessoas que cometeram pequenos delitos, geralmente pessoas negras e pobres”, comenta o jurista Silvio Luiz de Almeida, presidente do Instituto Luiz Gama, que combate o racismo.

Para ele, muitos fatores contribuem com as altas taxas de superlotação. Como uma polícia que é avaliada pela quantidade de prisões efetuadas e a

demora para julgar presos provisórios. A estimativa é a de que cerca de 40% dos presos nunca foram sequer julgados.

Silvio Luiz ressalta que esse volume de prisões é uma decisão política. “Isso é uma ferramenta de faxina étnica e controle de pobreza. A superlotação não passa de uma política do Estado”, conclui.

Todos os especialistas consultados para esta primeira parte apontam que a prisão em regime fechado deveria ser o último recurso do sistema penal. No entanto, a realidade é outra.



O presidente do Instituto Luiz Gama diz que o judiciário é ao mesmo tempo conivente com o encarceramento em massa e despreparado para lidar com um número tão grande de processos.

Lúcia Nader lembra que “hoje, no estado de São Paulo, cada defensor público da área penal tem entre oito e 10 mil processos para averiguar”. Dos 111 mortos no Massacre do Carandiru, 89 não haviam sequer sido julgados.

Dos **111 mortos** no Massacre do Carandiru, **89** **não haviam sido julgados**

Outro ponto que mostra o despreparo do poder público em relação à situação é a falta de pesquisas sobre reincidência no sistema. José de Jesus Filho, da Pastoral Carcerária, denuncia que os órgãos responsáveis por custear esses levantamentos – o Departamento Penitenciário Nacional e o Conselho Nacional de Justiça – nunca o fizeram. “Além disso, o Estado não tem programa de reintegração social, o egresso se vê preso numa porta giratória que o leva de volta para a prisão”, lamenta.

INACEITÁVEL, ILEGAL E INEFICIENTE

Lúcia Nader define o sistema penitenciário brasileiro em três pontos: “Ele é **inaceitável**, porque ignora qualquer padrão ético de dignidade humana, quem acompanha a realidade de dentro dos presídios vê isso de uma maneira muito explícita. Ele é **ilegal**, porque viola leis de garantias constitucionais, por exemplo, no caso da superlotação – hoje temos mais de meio milhão de presos para 300 mil vagas. E, por fim, totalmente **ineficiente**, porque não recupera o preso e promove a reintegração à sociedade e por isso não cumpre seu papel”, critica.



LISTA DE MASSACRES NO BRASIL (1990-2012)

Acari (1990); Matupá (1991); Massacre do Carandiru (1992); Candelária e Vigário Geral (1993); Alto da Bondade (1994); Corumbiara (1995); Eldorado dos Carajás (1996); São Gonçalo e da Favela Naval (1997); Alhandra e Maracanã (1998); Cavalaria e Vila Prudente (1999); Jacareí (2000); Caraguatatuba (2001); Castelinho, Jd. Presidente Dutra e Urso Branco (2002); Amarelinho, Via Show e Borel (2003); Unai, Caju, Praça da Sé e Felisburgo (2004); Baixada Fluminense (2005); Crimes de Maio (2006); Complexo do Alemão (2007); Morro da Providência (2008); Canabrava (2009); Vitória da Conquista e os Crimes de Abril na Baixada Santista (2010); Praia Grande (2011); Massacre do Pinheirinho, de Saramandaia, da Aldeia Teles Pires, os Crimes de junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro (2012), Chacina do Jardim Rosana (2013).....

**Massacre dos Guarani-kaiowá no Mato Grosso do Sul;
Chacinas de Parelheiros, Osasco e Barueri (2015)...**

Parte 2

Quem é Quem? A Cúpula do Massacre

Por Iuri Salles

Para que possamos entender o que aconteceu em 02 de outubro de 1992, é necessário compreender quem dava as cartas em São Paulo: o quadro não poderia ser pior para os cidadãos que se encontravam no cárcere e nas periferias do estado.

- [Luiz Fleury Filho](#)
- [Pedro Franco de Campos](#)
- [Ismael Pedrosa](#)
- [Coronel Ubiratan](#)



Luiz Antônio Fleury Filho

Era governador do Estado quando ocorreu o massacre. Formado pela Academia de Polícia Militar, o raciocínio militarizado e violento ficou claro durante o seu governo. Em 1991, 1.140 civis foram mortos pelas polícias de São Paulo. Em 1992, foram mortos 1.359. Um ano antes de Fleury assumir o cargo, a polícia havia matado 585 civis, o que significa que houve um aumento de quase 100% na letalidade policial. Fleury refuta a responsabilidade judicial do caso, mas não se constrange em dizer que, se estivesse em seu gabinete, teria autorizado a ação.

Como se defendeu

Luiz Antônio Fleury afirma que estava voando do interior de São Paulo para a capital e estava incomunicável, o que indica que não deu qualquer tipo de ordem. Ele nega que tenha envolvimento nas decisões que levaram ao massacre. Fleury não foi responsabilizado judicialmente.

Como vive depois do massacre

Atualmente, o então governador lembra do massacre com uma frase que o atual governador Geraldo Alckmin costuma repetir: “Quem não reagiu está vivo”. Ele terminou seu mandato no governo e ainda se elegeu duas vezes deputado federal. Hoje, é coordenador de campanha do candidato a governador do PMDB, Paulo Skaf.

Secretário que autorizou massacre teve perdão da história

Por Paulo Motoryn





2 de outubro de 1992, às 15h. O secretário de Segurança Pública de São Paulo, Pedro Franco de Campos, telefona para o então governador Luiz Antonio Fleury Filho, em Sorocaba, interior do estado. Informa o governador sobre uma briga no segundo andar do Pavilhão 9 do Carandiru, entre os presos: Antonio Luís do Nascimento (o Barba) e Luís Tavares de Azevedo (o Coelho), faísca de uma rebelião espontânea e surpreendente. Pouco depois, às 16h20, o coronel Ubiratan Guimarães conversa por telefone com o secretário Campos, que autoriza a invasão da Polícia Militar para “sufocar” a rebelião. Horas depois, o massacre do Carandiru já ganhava repercussão internacional devido à quantidade de mortos – ao menos 111 pessoas – e também pela forma como os presos foram abordados e encurralados pela polícia.

A participação de Campos no processo de tomada da decisão da entrada da Tropa de Choque da Polícia Militar e até de policiais da Rota no Carandiru não evitou que ele seguisse exercendo seu cargo como Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo, onde trabalhava desde 1977. Mais que isso, ele ainda recebeu homenagens oficiais por sua atuação como funcionário público.

A morte de 111 pessoas parece não ter impedido o perdão da história para Pedro Franco de Campos. Atualmente, ele vive tranquilamente com o salário de um cursinho preparatório para a prova da Ordem dos Advogados do Brasil, no bairro da Liberdade, centro de São Paulo. Nas horas vagas, destila seu ódio contra alguns alvos principais: a presidenta Dilma Rousseff (PT) e o Movimento Passe Livre.



No dia 8 de julho de 2014, por exemplo, ele fez sua consideração sobre a derrota por 7 a 1 da Seleção Brasileira contra a Seleção da Alemanha, na semifinal da Copa do Mundo. Tão logo o jogo acabou, Pedro Franco de Campos compartilhou a mensagem de um amigo no Facebook com a seguinte frase: “Mostra sua força Brasil e amarra a Dilma na fogueira”, paródia à um jingle publicitário veiculada durante a competição. Ele ainda comentou: “Boa!!!!”.

Algumas semanas antes, outra postagem que indica o que pensa Pedro Franco de Campos. No dia seguinte à manifestação do Movimento Passe Livre durante a Copa do Mundo, no dia 19 de junho, ele bradou contra os militantes em função da quebra de vidraças de concessionárias na Marginal Pinheiros. Revoltado com a agressão às vidraças, ele já não comenta mais o episódio sangrento do passado pela recusa de entrevistas, como fez para essa reportagem da **Vaidapé**.

FONTE: <http://vaidape.com.br/2014/10/23-anos-de-um-massacre-sem-fim/>

BRASIL
FONTE:

O fantasma do massacre do Carandiru ronda presídio do Estado do Maranhão

Após 62 mortes, detentos e familiares relatam rotina de maus tratos por policiais e agentes penitenciários nas prisões do Estado

AFONSO BENITES

São Luís 15 JAN 2014 - 20:56 CET



Presos no complexo de Pedrinhas, em São Luís. COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS AL/MA



Um preso está trancafiado em um espaço que um dia foi um banheiro. Em uma área inferior a quatro metros quadrados há um buraco no chão para ele fazer suas necessidades. Do lado dessa privada improvisada, há uma marmita com arroz,



feijão e um pedaço de carne com uma aparência esverdeada que mal foi tocada. O detento em questão, é Railson Amorim Silva, 21 anos. Com mais de 1,85m de altura, ele mal cabe deitado na cela, que nem colchão possui.



Preso por roubo no último dia de 2013 ele reclama que não teve acesso a advogados e que a situação na qual se encontra hoje, trancado sozinho em um antigo banheiro no Complexo de Pedrinhas, em São Luís, a



capital do Maranhão, consegue ser melhor do que a dos três dias anteriores. “Fiquei três dias algemado no banco ali na entrada do presídio porque não tinha vaga nas celas”, afirma o detento.



Nas celas ao lado da dele, a situação também é caótica. Em espaços onde cabem seis pessoas, estão 16 ou até 18. As marmitas



deles também parecem estar estragadas. O odor de comida podre se mistura ao de suor, de maconha e de fezes que saem dos espaços, que têm pouquíssima ventilação e estão debaixo de um teto de zinco. O termômetro marca 33° C. “Esse cheiro ruim é o de menos. O difícil mesmo é ser saco de pancada da polícia”, disse um dos detentos que pediu para não ser identificado.



A série de relatos de espancamentos e tortura por parte dos policiais e agentes penitenciários leva familiares de presos a temerem um massacre como o do Carandiru, quando 111 presos foram assassinados por policiais militares na penitenciária paulistana, em outubro de 1992. Nos últimos 12 meses ao menos 62 detentos morreram assassinados em presídios do Maranhão, alguns decapitados. A maioria foi morta pelos próprios colegas, mas há

quem diga que outros foram assassinados por policiais ou agentes de segurança. O fato é que nenhum caso ainda foi esclarecido pela polícia.

“Cada dia recebemos mais gente preocupada com a situação de seus familiares que estão presos. O medo antes era dos presos das facções. Agora também é dos policiais que estão dentro dos presídios”, afirmou Josiane Gamba, da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

Cada dia recebemos mais gente preocupada com a situação de seus familiares que estão presos. O medo antes era dos presos das facções. Agora também é dos policiais que estão dentro dos presídios”

JOSIANE GAMBA, DA SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS



Uma das que relata esse temor é a professora de ioga Nora Darragona. Mãe de um detento de 21 anos, condenado a seis anos por tentativa de roubo, ela diz que as prisões maranhenses são campos de concentração modernos. Dias atrás, diz ela, os agentes invadiram uma cela e pediram dinheiro para não apreender um celular que estava com um preso. Como esse condenado disse que não pagaria o suborno e decidiu quebrar o telefone, iniciou-se uma sessão de espancamento de todos os 12 detentos que estavam na cela. Um deles, que se negou a entregar um diário em que ele anotava suas experiências no cárcere, foi forçado a engolir várias folhas desse caderno.



Em outra ocasião, os agentes e policiais iniciaram uma inspeção de rotina em uma cela e determinaram que todos os detentos ficassem só de cueca. Um dos homens

disse que não tinha cueca e pediu para ficar apenas de calção. Por essa razão apanhou.



“Estamos vivendo uma situação que está fora de controle. Só queríamos que os presos fossem tratados de maneira humana. Chego a pensar que meu filho não sairá vivo de lá. Ele mesmo já disse que pode morrer a qualquer hora. E se ele sair vivo, não sei se será recuperado. A

esperança é pequena”, afirmou Darragona. No ano passado, durante o princípio de um motim, o filho dela foi baleado nas costas. Ficou dias sem receber atendimento e, quando a professora questionou os diretores do presídio quem teria atirado no rapaz, ouviu a resposta: “Quem atirou nele foi o Estado”.





[ampliar foto](#) Railson Silva, que ficou três dias algemado em um banco. A.BENITES

Mãe de um dos 62 detentos assassinados nos últimos meses, a garçonete Maria Raimunda Siqueira Santana diz que as ameaças contra os presos são frequentes. De um

lado estão os próprios colegas que querem subjugar os presos e forçá-los a seguirem as ordens de uma das duas maiores facções que atuam nos presídios, o Bonde dos 40 e o Primeiro Comando do Maranhão (PCM). Do outro lado, estão policiais e agentes que não respeitam os direitos dos detentos. “Tenho a impressão que meu filho morreu porque não se uniu aos presos e ficou sem proteção de ninguém. Quando ele precisou ser protegido, algum policial matou ele. Mas não posso acusar ninguém porque o caso não foi investigado”, afirmou Santana. O filho dela era Giulete Santana, um viciado em crack de 19 anos que foi preso por roubar dois celulares. Morreu com um tiro na cabeça. A arma usada foi uma pistola ponto 40, a mesma de forças policiais.

Rafael Custódio, advogado e um dos coordenadores da ONG Conectas Direitos Humanos, resumiu da seguinte maneira essa batalha vivenciada pelos presos maranhenses: “Ao se ausentar, o poder público coloca o preso à venda e o crime organizado o compra”.

Uma família decapitada

A tragédia maranhense também destroçou toda uma família no dia 17 de dezembro do ano passado. Pai, filho e genro tiveram suas cabeças arrancadas dos corpos depois de uma briga. As causas dos assassinatos não foram esclarecidas, como todos os outros casos, mas relatos colhidos por policiais dão conta de que os três se negaram a aceitar ordens de alguns dos membros do Bonde dos 40 e acabaram mortos.

Estamos em uma crise, mas boa parte desses relatos sobre a ação dos policiais são mentirosos. Aqui não maquiamos nada”

SEBASTIÃO UCHOA, SECRETÁRIO DE JUSTIÇA DO MARANHÃO



“Meu pai, meu irmão e meu marido tinham mais de cem perfurações cada um. Nós os vimos sendo presos inteiros e fomos buscar seus corpos no IML sem cabeças. Foi assim que o Estado resolveu penalizá-los pelos seus crimes”, afirmou a estudante de direito Adriane Oliveira Ribeiro. O pai e o irmão dela, o comerciante Manoel dos Santos Ribeiro, 46, e o padeiro Gilson Gley Rodrigues Silva, 26, foram presos por tráfico. Já o marido dela, Dyego Michel Mendes Coelho, 21, foi detido por porte de armas.

Tendo apenas 1% dos 550 mil presos brasileiros, o Estado do Maranhão registrou no ano passado 27% de todos os 218 homicídios em penitenciárias do país. “Nem somos o Estado com o maior índice de encarceramento, mas mesmo assim temos muitas mortes por conta da ausência do Governo, falta de controle das cadeias e o desrespeito dos direitos humanos”, afirmou o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Maranhão, Luis Alberto Pedrosa.

Delegado de polícia e secretário de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchoa diz que parte das denúncias de maus tratos dos familiares dos presos, assim como dos próprios detentos são inverídicas. Segundo ele, tudo o que for denunciado será apurado pela polícia e por sua pasta. “Sou um defensor dos direitos humanos e prezo pela transparência. Estamos em uma crise, mas boa parte desses relatos sobre a ação dos policiais são mentirosos. Aqui não maquiamos nada”, declarou.

Provocados por ONGs, a Organização dos Estados Americanos e os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público emitiram relatórios que concluíram que o Maranhão não tem sido capaz de conter a crise. Os Governos estadual e federal só se sensibilizaram com a situação após a morte da estudante Ana Clara Santos, de seis anos, durante uma série de ataques a ônibus no dia 3 de janeiro. Os crimes foram ordenados por chefes de facções criminosas que estão presos em São Luís. Além da garota que morreu, outras quatro pessoas ficaram feridas, entre elas, a mãe, uma irmã da menina e um homem que tentou salvá-las das chamas que queimaram o ônibus onde estavam.



ANTOLOGIA JORNALISTICA
**CRIME HUMANITÁRIO NAS PRISÕES DO BRASIL PELA
IMPRENSA E MIDIA**

Compilação do Jornalista e Capelão Dr. José Carlos Pereira

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e a governadora Roseana Sarney criaram um comitê para tentar debelar a crise. As ações começaram a ser implantadas nesta semana, como a transferência de presos e um mutirão judicial para analisar a situação dos detentos. Na última terça-feira, a Justiça ordenou que o Estado construísse novos presídios em 60 dias. O Estado diz que tem empenhado todos os esforços para acabar com os problemas de superlotação de suas cadeias.

E como acabar com esse Carandiru maranhense? Agente penitenciário há 25 anos e militante em ONGs, Raimundo César Martins tem uma sugestão que vai além da estrutura física: “É só implodir tudo e começar do zero”.

Presos relataram massacre por força estadual em Pedrinhas

Por **BBC** | 14/01/2014 10:02 - Atualizada às 14/01/2014 11:49

Grupos de direitos humanos dizem que Estado jamais investigou dez mortes ocorridas durante rebelião no dia 9 de outubro; governo culpa ‘briga entre facções’

BBC BRASIL

Presos que sobreviveram ao evento mais sangrento de 2013 no complexo penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, acusaram uma unidade das forças de segurança do Maranhão de ter promovido um massacre no presídio.

[Conheça a home do Último Segundo](#)



João Fellet/BBC Brasil

Jéssica Alves e Lúcia Maria Tavares dizem que um parente detento foi morto com um tiro



No dia 9 de outubro, o Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (Geop), unidade de elite subordinada à Secretaria de Justiça e da Administração Penitenciária maranhense, entrou na Casa de Detenção de Pedrinhas para conter um motim, iniciado após a descoberta de um túnel. Ao fim da intervenção, dez presos estavam mortos, um sexto de todos os 60 óbitos registrados em Pedrinhas em 2013.

Em depoimentos após a rebelião para a Defensoria Pública estadual e organizações que monitoram o sistema carcerário local, presos relataram que os agentes do Geop "entraram para matar" e atiraram até no detento escolhido para representá-los numa negociação, provocando sua morte.

Já o governo maranhense disse à BBC Brasil que as mortes ocorreram "durante uma briga entre facções" e que relatos de abusos "estão sendo investigados".

'Operação Carandiru'

Com base nos depoimentos colhidos, a Defensoria maranhense e outras sete entidades assinaram em 2 de dezembro um documento em que cobram o governo do Estado a esclarecer as mortes. Elas dizem, contudo, que jamais receberam qualquer resposta.

No documento, os presos relatam que, antes de entrar no presídio no dia da rebelião, os agentes avisaram aos gritos que executariam a "Operação Carandiru", em referência à invasão policial na antiga Casa de Detenção de São Paulo, em 1992, quando 111 detentos foram mortos.

Momentos antes da invasão, os presos contam que selecionaram um representante "neutro" para negociar com a Geop: Idenilson Gaspar

Viegas da Silva, conhecido na prisão como "irmão Idenilson". Ele teria sido escolhido por ser evangélico e não integrar qualquer facção criminosa.

Segundo os relatos, o detento foi incumbido de levar um celular até os agentes para que pudessem dialogar com os amotinados. No entanto, de acordo com os depoimentos, "quando o referido senhor se dirigia aos agentes, foi atingido mortalmente por integrantes do Geop".

Os detentos afirmaram ainda que os agentes se posicionaram nas guaritas em volta do presídio, de onde os alvejavam a distância. Além de Idenilson, que tinha 35 anos, morreram naquele dia outros nove presos: Carlos Eduardo Oliveira, 23, Cosme Damião Sousa, 53, Daniel Fonseca Rodrigues, 23, Dorgival Nogueira Alves, 38, Fábio Silva Lima, 30, Natanael de Sousa do Espírito Santo, 30, Ubiraci Pereira Aranha, 22, Uvanir Duarte de Farias, 64, e Gilson de Jesus Pinheiro, 24.

Os relatos não detalham, porém, quais deles teriam sido mortos pelos agentes.

Na visita após a rebelião, a Defensoria encontrou "vários detentos convalescendo de ferimentos de armas de fogo – baleados, barriga aberta, perna quebrada, tiro no olho". Segundo os relatos, os feridos eram mais de 30, que, sem assistência médica e remédios, foram deixados na quadra "sob o sol escaldante".

À época, forças maranhenses disseram ter achado duas armas de fogo entre os presos durante a rebelião.

Pedido de socorro

A BBC Brasil localizou a família de Dorgival Nogueira Alves, um dos presos que morreram no motim.

Jéssica Tavares Alves, de 18 anos, diz que seu pai foi morto com um único tiro na cabeça. Segundo ela, entre os presos, conta-se que Alves corria para apagar um incêndio quando foi atingido por um agente.

Caído, ele ainda teria clamado por socorro. "Ele disse pro colega dele: 'me ajuda, eu não posso morrer, que eu tenho cinco filhos pra criar'", diz a filha.

Assista ao depoimento da filha de Alves:

Não houve tempo para atendê-lo. "Depois tiraram o corpo dele para os presos não pisarem na correria e puseram no meio dos outros mortos."

Os parentes de Alves cobram uma punição para o agente que o teria alvejado.

Lúcia Maria Correia Tavares, ex-companheira de Alves e mãe de quatro dos cinco filhos dele, espera ainda que a família seja indenizada pela morte. "Ninguém vai ser feliz com nenhum dinheiro e isso não vai trazer ele de volta, mas é uma obrigação mínima do Estado".

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, Mário Macieira, diz que as 171 mortes ocorridas em Pedrinhas desde 2008, sobretudo as ocorridas em rebeliões, nunca foram elucidadas, e que nenhum inquérito jamais chegou ao fim.

Além de investigar as mortes, a OAB pressiona o Estado a apurar denúncias de tortura em Pedrinhas.



Macieira diz que a Ordem considera apoiar uma petição que as ONGs Conectas, Justiça Global e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos fizeram à Procuradoria Geral da República para federalizar a investigação dos crimes no complexo penitenciário.

IMAGENS GOOGLE – DE DOMINIO DA INTERNET

Muito mais há o que publicar. Mas há muitos outros temas. O Brasil está podre, e só com intervenção da ONU, da OEA, da Corte de Haia, o desrespeito aos Direitos de Cidadania e Humanos poderá um dia acabar.

Jornalista e Capelão Jose Carlos Pereira

Instituto Educando para a Paz

Signatário do Pacto Global das Nações Unidas